

Pecuária familiar no Rio Grande do Sul

HISTÓRIA, DIVERSIDADE SOCIAL E DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO

PAULO DABDAB WAQUIL | ALESSANDRA MATTE
MÁRCIO ZAMBONI NESKE | MARCOS FLÁVIO SILVA BORBA
ORGANIZADORES



Pecuária familiar no Rio Grande do Sul



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitora e Pró-Reitora
de Coordenação Acadêmica

Jane Fraga Tutikian

EDITORA DA UFRGS

Diretor

Alex Niche Teixeira

Conselho Editorial

Carlos Pérez Bergmann

Claudia Lima Marques

Jane Fraga Tutikian

José Vicente Tavares dos Santos

Marcelo Antonio Conterato

Maria Helena Weber

Maria Stephanou

Regina Zilberman

Temístocles Cezar

Valquiria Linck Bassani

Alex Niche Teixeira, presidente

Pecuária familiar no Rio Grande do Sul

HISTÓRIA, DIVERSIDADE SOCIAL E DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO

PAULO DABDAB WAQUIL | ALESSANDRA MATTE
MÁRCIO ZAMBONI NESKE | MARCOS FLÁVIO SILVA BORBA
ORGANIZADORES

Antônio Jorge Amaral Bezerra	Lovois de Andrade Miguel
Claudio Marques Ribeiro	Marco Antônio Verardi Fialho
Evander Eloí Krone	Rafael Gastal Porto
Fabiana Thomé da Cruz	Renata Menasche
Helen Osório	Rosani Marisa Spanevello
Jaqueline Sgarbi Santos	Tanice Andreatta
Jean François Tourrand	Valéria Dorneles Fernandes
Letícia Fátima de Azevedo	

© dos autores
1ª edição: 2016

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Carla M. Luzzatto
Revisão: Carlos Batanoli Hallberg
Editoração eletrônica: Fernando Piccinini Schmitt



P636 Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento / organizado por Paulo Dabdab Waquil ... [et al.] . – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.
288 p. : il. ; 16x23cm

Reimpressão 2016

(Série Estudos Rurais)

Inclui referências.

Inclui figuras, gráficos e tabelas.

1. Agricultura. 2. Pecuária. 3. Desenvolvimento rural. 4. Pecuária familiar – Rio Grande do Sul. 5. Pecuária familiar – História – Diversidade social – Dinâmicas de desenvolvimento. I. Waquil, Paulo Dabdab. II. Matte, Alessandra. III. Neske, Márcio Zamboni. IV. Borba, Marcos Flávio Silva. V. Série.

CDU 636 (816.5)

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0308-5

Vulnerabilidade, capacitações e meios de vida de pecuaristas de corte no sul do Rio Grande do Sul

*Alessandra Matte
Paulo Dabdab Waquil*

Introdução

Este capítulo aborda os processos relacionados à vulnerabilidade, capacitações e meios de vida na atividade da pecuária de corte¹ no sul do Rio Grande do Sul, bem como as estratégias de enfrentamento e adaptação adotadas pelos pecuaristas frente às situações de vulnerabilidade. A vulnerabilidade é uma situação diretamente relacionada à exposição a contingências e às dificuldades de se lidar com elas, o que redundará em situações de mudanças e também incertezas (Chambers, 2006). Assim, o objetivo deste capítulo é dar ênfase aos fatores que determinam as situações de vulnerabilidade a que os pecuaristas estão expostos e, a partir disso, verificar e analisar o grau de importância atribuído a cada um deles enquanto aspectos que influenciam na realização das capacitações e na manutenção dos seus meios de vida frente a um contexto de vulnerabilidade, bem como o modo com que esses pecuaristas criam estratégias de enfrentamento ou adaptação aos efeitos das situações de vulnerabilidade a que estão expostos.

A pecuária de corte extensiva é a atividade produtiva predominante na região sul do estado desde o período de colonização no século XVIII, exercida sobre áreas de campos naturais característicos do bioma Pampa². Atualmente, em meio às condições em que a região vem sendo submetida e sofrendo os efeitos de transformações envolvendo dinâmicas socioeconômicas, fundiárias e ambientais, a pecuária de corte, em todas as suas formas sociais e produtivas,

¹ Entende-se como atividade de pecuária de corte toda atividade de criação de animais que venha a ser destinada ao consumo ou comercialização da carne, representada pela bovinocultura, ovinocultura e caprinocultura de corte, não incluindo a bovinocultura de leite.

² Pampa é a denominação do bioma de pastagens naturais predominante ao sul do Rio Grande do Sul, em parte do Uruguai e da Argentina, sendo reconhecido como um grande produtor de carnes, provenientes de suas pastagens naturais (Suertegaray; Pires da Silva, 2009; Chelotti, 2009). No Brasil, o Pampa foi reconhecido pelo Ministério do Meio Ambiente enquanto bioma em 2004. Esse bioma abriga um imenso patrimônio natural, existindo uma vasta diversidade de fauna e flora. Estima-se que haja aproximadamente 3.000 plantas vasculares, 385 espécies de pássaros e 90 espécies de mamíferos terrestres sobre a área que abrange o bioma Pampa (Carvalho et al., 2006).

se encontra em exposição a situações de vulnerabilidade. Tem-se assistido atualmente não somente à permanência das tentativas históricas de modernizar os processos produtivos da atividade tradicional pastoril, mas as constantes tentativas de inovação produtiva e tecnológica de novas atividades, como vem ocorrendo no caso dos empreendimentos de silvicultura³ e no dos cultivos agrícolas em grande escala. Nessas condições, os campos naturais da região sul vêm cedendo espaço e sendo substituídos de forma intensa e imediata pelo monocultivo das lavouras de soja e de árvores exóticas (Bertê, 2004; Overbeck et al., 2009). Essas transformações são acompanhadas por mudanças nas dinâmicas sociais, constatadas por uma crescente saída de jovens do meio rural, o que vem comprometendo a transmissão do patrimônio e a própria sucessão familiar nos estabelecimentos de pecuária.

Diante desse cenário, alguns dos impactos decorrentes dessas transformações no sul do Rio Grande do Sul apontam para consequências como a elevação do preço da terra, redução de áreas destinadas à pecuária sobre campos naturais, pressão à modernização da atividade, supressão do bioma Pampa e perda da biodiversidade,⁴ consequências essas potencialmente capazes de gerar diferentes situações de vulnerabilidade à atividade pecuária. As atuais características desse contexto de mudanças têm impactos nos meios de vida dos pecuaristas de corte. No entanto, o alcance desses impactos ainda é desconhecido e, até certo ponto, incerto devido à imprevisibilidade de suas consequências.

Este estudo⁵ tem seu foco de análise nos pecuaristas de corte dos municípios de Bagé, Dom Pedrito, Piratini e Pinheiro Machado, no sul do Rio Grande do Sul. O principal critério utilizado na delimitação e escolha dos pecuaristas entrevistados foi a presença de atividade de pecuária de corte no respectivo estabelecimento, levando em consideração o objetivo de abranger a diversidade de meios de vida entre os pecuaristas, totalizando 60 entrevistas realizadas com pecuaristas de corte nos municípios investigados. Essa etapa do estudo contou com o apoio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Pecuária Sul e com os sindicatos de trabalhadores rurais de Dom Pedrito e Bagé.

³ “A silvicultura é a ciência destinada ao estudo dos métodos naturais e artificiais de regenerar e melhorar os povoamentos florestais, visando às necessidades do mercado e à manutenção, ao aproveitamento e ao uso racional das florestas (nativas ou comerciais)” (Pereira, 2010, p. 89).

⁴ Segundo dados do Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2010), atualmente a supressão da vegetação nativa do bioma Pampa, provocado pela reconversão produtiva, já atinge 54% da área original de 177.767 km².

⁵ Trata-se de dados referentes à dissertação de mestrado de Matte (2013), intitulada Vulnerabilidade, capacitações e meios de vida dos pecuaristas de corte da Campanha Meridional e Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul, defendida em 2013 no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A vulnerabilidade no contexto das capacitações e dos meios de vida no meio rural

Nesta seção do capítulo, pretende-se apresentar ao leitor o referencial conceitual analítico orientador deste estudo. Um primeiro esforço consiste em reunir elementos que possam contribuir para a apreensão da diversidade de formas com que a vulnerabilidade pode ser aplicada aos estudos rurais. Em uma segunda parte, se discute a relação da abordagem da vulnerabilidade no contexto da abordagem das capacitações. Na terceira parte, a vulnerabilidade no contexto da abordagem dos meios de vida.

Formas de abordagem da vulnerabilidade e conceituações

Os estudos em torno da abordagem da vulnerabilidade no meio rural brasileiro ainda são pouco expressivos, muito diferente do que se observa no âmbito internacional, em que o tema tem ganhado relevância entre diversos estudos relacionados ao rural.⁶ A abordagem da vulnerabilidade tem sua origem em estudos relacionados com as ameaças naturais desenvolvidos inicialmente na Geografia. Susan Cutter (1996) afirma que esse fenômeno tem origem nos estudos sobre desastres naturais (mudanças ambientais) e na avaliação de riscos. A partir da década de 1990, alguns estudos foram direcionados a compreender a vulnerabilidade das pessoas aos impactos das alterações ambientais, especialmente as alterações climáticas (Janssen e Ostrom, 2006). Também nessa década constata-se que não somente as variáveis ambientais provocam vulnerabilidade, mas um conjunto de outras mudanças de ordem interna e externa. Com o avanço dos estudos em torno da vulnerabilidade, a Geografia Humana, as Ciências Sociais e a Ecologia também passaram a se interessar pelo tema da vulnerabilidade, passando a relacioná-la com as mudanças ambientais (Adger, 2003; Fussel, 2007).

O uso do termo vulnerabilidade varia de significado em seus domínios de investigação, podendo ser encontrado em distintas áreas do conhecimento, como na Economia, na Ecologia, na Sociologia, nas Engenharias, na Saúde, entre outras. De modo geral, a abordagem da vulnerabilidade vem sendo analisada principalmente sob três contextos: o social, o tecnológico e o ambiental. Além disso, outra forma que vem sendo empregada é sua análise com base em fatores internos e externos ao objeto de análise (indivíduo, família ou comunidade), em uma perspectiva multidimensional do termo, forma utilizada para realização deste estudo.

⁶ Kaztman (2000); Busso (2001); Cepal (2002); Cutter, Boruff e Shirley (2003); Adger (1999, 2003 e 2006); Chambers (2006); Hertel e Rosch (2010), entre outros.

Ao se delimitar um domínio de investigação (social, ambiental ou tecnológico), acaba-se por restringir de maneira significativa a diversidade de formas em que a vulnerabilidade pode ser materializada e impactada, mascarando um vasto conjunto de fatores de vulnerabilidade. A utilização dessas alternativas delimitadas de análise pode ser útil para estudos específicos que buscam respostas para perguntas particulares. Contudo, não permite identificar e compreender o conjunto total de fatores de vulnerabilidade de determinado contexto. Assim, propõe-se a análise da vulnerabilidade com base em sua diversidade de fatores, sem a delimitação de apenas um conjunto de elementos, o que representaria uma restrição ao selecionar fatores e excluir informações importantes que, na sua essência, compõem um todo.

Desse modo, dentre algumas das concepções que prevalecem no debate da vulnerabilidade, encontramos com relativa frequência a concepção de que esta pode ser provocada por diversos estressores, que se encontram em lados sobrepostos, sendo distinguidos como estressores externos a que um sistema é exposto, e estressores internos, que determinam seus impactos no sistema, tratando a vulnerabilidade de maneira multidimensional.⁷ Nesse sentido, Chambers (2006) e Fussel (2007) sublinham que os fatores de vulnerabilidade externa (ou exógenas ou além do lugar) referem-se a fatores fora do sistema (ou do grupo familiar), provocado por situações de choque,⁸ estresse e risco, enquanto as influências internas (ou endógenas ou no lugar) correspondem à capacidade de reagir frente às situações externas e às mudanças dentro do grupo familiar. Conforme Cunha (2004), tais dimensões dizem respeito a elementos ligados tanto às características próprias dos indivíduos ou famílias, como seus bens e características sociodemográficas, quanto àquelas relativas ao meio social em que eles estão inseridos.

De modo geral, as discussões e reflexões acadêmicas acerca do tema da vulnerabilidade colocam como condição trivial uma questão inicial orientadora: vulnerabilidade a quê? Assim, os estudos sobre o tema da vulnerabilidade têm buscado uma definição que atenda à diversidade de formas em que a vulnerabilidade pode ser identificada e à variedade de impactos que causa às famílias rurais. Nesse sentido, Chambers (2006), na obra *Vulnerability, Coping and Policy*, apresenta a vulnerabilidade como uma situação de “exposição a

⁷ Kaztman et al. (1999); Ellis (2000); Adger (2006); Chambers (2006); Fussel (2007).

⁸ Segundo Ellis (2000), o choque representa mudanças na sustentabilidade dos meios de vida da família, podendo ser de escopo individual bem como social. Exemplos disso são perdas com o gado (provocado por doenças), nas lavouras (consequência de enchentes, secas) e nos indivíduos que compõem o grupo familiar (doenças, ausência de sucessores). Os choques, por sua vez, destroem diretamente os ativos, ou em outras palavras, provocam a “perda de acesso aos ativos e causam um efeito imediato na viabilidade de sustentação individual e dos domicílios [famílias]” (Ellis, 2000, p. 40).

contingências e estresse e a dificuldade de lidar com eles” (2006, p. 33). O autor salienta que o estudo da vulnerabilidade deve levar em consideração as consequências e impactos de eventualidades causadas por diversas situações, e a capacidade de recuperação. Corroborando com o autor, Marandola Jr. e Hogan (2006) consideram imprescindível considerar a dimensão espacial e temporal da vulnerabilidade como forma de responder mais precisamente aos riscos envolvidos e a capacidade de resiliência das populações. Num contexto geral, Berry et al. (2006) definiram a vulnerabilidade como uma medida de bem-estar humano que agrega exposições econômicas, políticas, sociais e ambientais a uma gama de perturbações nocivas.

O termo vulnerabilidade aproxima o ser humano de sua capacidade para resistir a um choque externo. Segundo Janssen e Ostrom (2006), os desafios para a pesquisa da vulnerabilidade são desenvolver medidas robustas e crível que incorporem diversos métodos que incluam a percepção de risco e vulnerabilidade, procurando contribuir com os mecanismos de governança que deveriam intermediar os fatores de vulnerabilidade, promovendo ações de adaptação.

Tomando por base um conjunto de fatores e a velocidade com que as transformações globais vêm acontecendo, assim como a rapidez com que atingem as várias “camadas” da sociedade, fica cada vez mais evidente a necessidade de estarmos atentos às mudanças ocorridas, tanto em nível local como mundial. Compreender as formas como os atores sociais do meio rural se organizam e tomam decisões está condicionado às respostas frente a essas mudanças. De maneira geral, há uma demanda de um melhor entendimento dos fatores que causam vulnerabilidade, perpassando a necessidade de avanço sobre essa abordagem no meio rural, com populações localizadas.

Diante de tais relatos, é possível verificar que a vulnerabilidade está diretamente relacionada com as privações às quais os atores sociais estão sujeitos, principalmente frente a situações de mudanças e incertezas (Sen, 2010). O intuito, aqui, não é responder a complexidade dessa problemática, e sim sugerir o uso de uma abordagem que permita reflexões acerca de um caminho rumo à mitigação das vulnerabilidades, e o auxílio aos atores sociais para o enfrentamento das distintas adversidades.

Abordagem das capacitações e meios de vida para compreensão da vulnerabilidade

Diversas escolas do pensamento social e econômico têm se dedicado a encontrar e definir novas abordagens de desenvolvimento que possam superar os modelos fortemente ancorados em perspectivas produtivistas, dentre das quais algumas delas são as abordagens preocupadas em estudar os atores (indivíduos)

e o desenvolvimento, como a abordagem das capacitações de Amartya Sen (2010) e a dos meios de vida de Frank Ellis (2000), as quais têm demonstrado ser uma via importante de análise dos processos de mudanças sociais na interação dos atores com o contexto hostil em que estão inseridos. Nesse contexto, particularmente a abordagem das capacitações desenvolvida pelo economista indiano Amartya Sen tem oferecido importantes contribuições ao longo das últimas duas décadas acerca de questões como subdesenvolvimento, pobreza, desigualdade e restrições, tratando o desenvolvimento como o processo de ampliação das capacidades dos indivíduos fazerem escolhas.

Assim, a noção de capacitações envolve a ideia de oportunidade de escolha. Essa abordagem surge da proposição de que para que o indivíduo se desenvolva, deve-se dispensar atenção aos meios que lhe são disponíveis ao invés de direcioná-la apenas para os fins. Nesse sentido, segundo Sen (2008 e 2010), entende-se por capacitações as características físicas e mentais dos indivíduos, bem como as oportunidades sociais e influências que estes recebem e que lhes possibilitam exercê-las plenamente. Ou seja, não basta o indivíduo ter capacidade para fazer e ser, é necessário que ele disponha das condições e oportunidades para realizar o que deseja, e escolher o tipo de vida que ele almeja. A exemplo disso podemos considerar um agricultor que tem interesse e habilidade em criar peixes em sua propriedade, mas que, contudo, não dispõe de fonte de água para isso. Assim, as capacitações são as habilidades dos indivíduos de realizarem o seu potencial como seres humanos, no sentido de ser e fazer suas próprias escolhas, envolvendo a capacidade de escolha e a liberdade para realizá-las. Na verificação de situações de vulnerabilidade, a abordagem das capacitações nos leva a considerar as habilidades de cada pessoa para as exercerem seus funcionamentos, sendo essas suas reais capacidades, sem as quais não há escolha genuína (Sen, 2008).

Assim, para Sen (2010, p. 10), o desenvolvimento consiste na “eliminação de privações de liberdade, que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer, ponderadamente, sua condição de agente”. Com isso, sua noção de desenvolvimento procura demonstrar a importância das liberdades dos atores sociais, para que possam se desenvolver de acordo com seus interesses individuais ou coletivos. Sua proposta de desenvolvimento fica ancorada em um desenvolvimento humano, tendo como princípio atingir o “bem-estar social composto pelo bem-estar individual” (Sen, 2008, p. 12).

No contexto de análise das situações de vulnerabilidade dos indivíduos, as noções de intitamentos e funcionamentos são categorias analíticas presentes na abordagem das capacitações do autor, que oferecem suporte para compreender como a vulnerabilidade age sobre os indivíduos e suas famílias, bem como eles reagem a essas situações. Os intitamentos fazem parte do meio

(contexto) em que o indivíduo encontra-se inserido, tratando-se das condições que possuem para se desenvolverem e atingirem determinado objetivo. Ou seja, os intitamentos são pré-condições para que os indivíduos atinjam suas capacidades (Sen, 2008 e 2010). Desse modo, os intitamentos consistem em um conjunto de recursos e meios (ativos e atividades) disponíveis aos indivíduos, sendo eles produtivos (por exemplo, disponibilidade de terra e de mão de obra), de troca (por exemplo, renda) e fatores institucionais que podem influenciar os intitamentos (por exemplo, costumes, tradições, leis, políticas públicas). De tal maneira, os governos, em suas distintas esferas, têm papel fundamental no fornecimento e fortalecimento desses elementos, como educação, saúde, saneamento básico, acesso à terra, acesso à comida, dentre outros.

Os funcionamentos, por sua vez, dizem respeito ao nível do indivíduo, envolvendo as ações e atividades desenvolvidas que constituem sua vida. Os funcionamentos consistem nas realizações e nos fins, o que as pessoas são capazes de fazer e ser, aquilo que pode ser realizado, como, por exemplo, nutrir-se, ler, escrever, comunicar-se e fazer parte da comunidade (Sen, 1985, 1993 e 2008), estando diretamente relacionado com as “condições de vida” desses indivíduos, em diferentes aspectos (Sen, 1985, p. 49). Sendo assim, o conjunto de funcionamentos promove o bem-estar na medida em que estão inter-relacionados. Portanto, cada pessoa deve ter suas liberdades garantidas, tendo em vista possibilitar suas capacitações para que realizem seus funcionamentos.

De tal modo, o desenvolvimento, desde a perspectiva seniana, não é só uma questão de ter recursos materiais, mas sim, antes de qualquer coisa, de obter acesso a oportunidades que são de direito dos atores sociais, em suas respectivas esferas sociais, e que os auxiliam a saírem da situação de vulneráveis em que podem se encontrar. Para compreender as mudanças sociais no contexto do desenvolvimento rural desde a perspectiva seniana, torna-se necessário a compreensão daquilo que causa vulnerabilidade, tendo em vista que um indivíduo em uma situação vulnerável encontra-se, igualmente, em uma situação de restrição do exercício de suas capacitações, comprometendo, assim, a liberdade de escolhas e oportunidades.

De acordo com Sen (2008 e 2010), Chambers (2006) e Ellis (2000 e 2006), a vulnerabilidade está conexas com uma falha dos direitos e com a escassez de recursos. Assim, a presença de situações de vulnerabilidade representa uma privação das capacitações e ausência de liberdade que os indivíduos têm para escolher como querem viver. Conforme destacado na seção anterior, para exercer as capacitações, o indivíduo necessita de um meio que possibilite condições para o seu desenvolvimento. De tal maneira, em circunstâncias em que o indivíduo ou a família tiverem seus meios de vida ameaçados (por in-

certezas, riscos ou mudanças), sua liberdade de exercer suas capacidades estará comprometida, limitando suas escolhas e possibilidades de reação (Ellis, 2000).

A abordagem dos “meios de vida” (*livelihoods*) proposta por Frank Ellis (2000) considera que as famílias desenvolvem suas estratégias de reprodução social estabelecendo ligação entre os ativos e as atividades que o grupo familiar possui para sobreviver. Segundo Ellis (2000, p. 10), “um meio de vida compreende os bens (natural, físicos, humanos, financeiro e capital social), as atividades e o acesso a estas (mediados pelas instituições e relações sociais), que, juntos, determinam a vida adquirida pelo indivíduo ou pelo grupo familiar”. Portanto, o meio que o indivíduo possui para viver envolve os ativos de que ele dispõe, suas atividades e as formas de acesso e uso que determinam o seu modo de viver.

Os meios de vida são compostos por um conjunto de capitais constituídos por diversos ativos, onde a condição em que esses ativos se encontram influencia a forma como serão acessados e mobilizados, tendo como principal propósito a busca pela sustentação do estabelecimento e autonomia da família (Scoones, 1998; Ellis, 2000). Os ativos compõem a base que dará vida às alternativas de manutenção e sobrevivência da família, permitindo a reprodução social e agindo sobre as estruturas institucionais que estabelecem relação com esses indivíduos (Niederle e Grisa, 2008). Portanto, a semelhança dos ativos com os intitamentos consiste na eficácia do *meio* para se atingir o *fim* almejado. Assim, os ativos e os intitamentos são o meio para atingir os fins, e a disponibilidade de ambos permite aos indivíduos expandir ou restringir suas capacidades.

Há um conjunto de cinco capitais que constituem os ativos, formando um pentágono acerca dos meios de vida, sendo eles os capitais natural, físico, humano, financeiro e social (Ellis, 2000). O capital natural refere-se à base de recursos naturais, estando relacionado à qualidade e quantidade de bens como terra, água, solo, entre outros, que oferecem produtos utilizados pela população humana para sua sobrevivência. O capital físico pode ser exemplificado pelas ferramentas, maquinários e insumos disponíveis, ou seja, bens trazidos à existência pelo processo de produção econômica. O capital humano está relacionado ao trabalho doméstico disponível, às atribuições dos indivíduos, como nível de escolaridade, conhecimento, habilidades e o próprio estado de saúde. No que diz respeito ao capital financeiro, refere-se ao estoque de dinheiro, poupança e crédito, os quais podem ser acessados a fim de adquirir bens tanto de produção como de consumo. Por fim, o capital social corresponde às redes de reciprocidade, confiança e associações das quais as pessoas participam, e a partir das quais podem derivar apoio que contribui para seu sustento (Ellis, 2000). Esse conjunto de capitais dá vida aos meios de vida dos

indivíduos, sendo que a forma como esses ativos serão mobilizados fica por conta da capacidade e habilidade individual dos atores sociais.

Dessa maneira, os ativos são componentes fundamentais dos capitais que sustentam as estratégias criadas pelos indivíduos, as quais são “respostas em curto prazo de crises não planejadas” (Ellis, 2000, p. 47). Portanto, os indivíduos e as famílias possuem diferentes formas de acesso aos distintos capitais, atribuindo heterogeneidade em suas estratégias frente às situações de vulnerabilidade. Essa diferença no acesso e mobilização dos ativos está diretamente relacionada à capacidade individual e à utilização de intituleamentos, diferenciando-os em seu uso e controle. Assim, entender a diversidade dos grupos familiares torna-se fundamental, na medida em que possibilita compreender as opções que estão à disposição dos indivíduos, bem como as estratégias que estes adotam frente às situações de vulnerabilidade.

A construção de estratégias de enfrentamento e adaptação às situações de vulnerabilidade

Na perspectiva de Ellis (2000), a vulnerabilidade representa uma mudança que o indivíduo, ou família ou comunidade podem estar vivenciando, tratando-se de uma mudança particular na sustentabilidade dos meios de vida. Diante de uma situação de vulnerabilidade, os indivíduos podem reagir de duas maneiras: enfrentando-a ou adaptando-se, devendo considerar o processo para isso e as condições disponíveis.

As estratégias de enfrentamento são uma tentativa de sobrevivência do grupo familiar frente a uma situação de vulnerabilidade, visando superá-lo. São estratégias construídas como resposta à ocorrência de crises e choques (secas, inundações, queda de preços dos produtos etc.) e que se tornam alternativas momentâneas de sobrevivência (Niederle e Grisa, 2008). Essas estratégias adotadas pelas famílias são sustentadas pelo objetivo de sobrevivência, criando alternativas para superar essa situação em face das variações indesejáveis (Ellis, 1999 e 2000; Adger, 2003). Portanto, as estratégias de enfrentamento procuram promover a capacidade de mitigação dos indivíduos, consistindo na promoção de medidas para reduzir os riscos ou mesmo para reduzir seus impactos, mesmo que temporariamente (Cutter, Boruff e Shirley, 2003), e visam a moderar ou reduzir os impactos negativos de situações que causam vulnerabilidade, ou promover efeitos positivos para evitar maiores impactos.

Por outro lado, as estratégias de adaptação envolvem a capacidade dos meios de vida “evolúrem”, a fim de acomodar as situações de riscos ou mudança, ampliando a gama de variabilidade com que podem lidar com as situações de vulnerabilidade (Adger, 2006). Assim, as estratégias de adaptação se expressam como alternativas de escolha que buscam caminhos mais estáveis,

sendo estratégias que “antecipam” possíveis crises e choques e garantem maior estabilidade quando da ocorrência de situações de vulnerabilidade.

Para Adger e Kelly (1999), a adaptação também ocorre por meio das ações dos indivíduos, facilitadas ou limitadas por instituições, bem como por meio da ação das próprias instituições. Portanto, as estratégias de adaptação são manifestações desenvolvidas para assegurar a sobrevivência do grupo familiar em longo prazo. As adaptações de sucesso significam que as famílias ficam menos propensas às crises ao longo do tempo, aperfeiçoando sua capacidade de resistir às mudanças e choques.

Considerando a discussão até aqui apresentada, o estudo da vulnerabilidade a partir da abordagem das capacitações proposta por Amartya Sen, somado com a abordagem dos meios de vida proposta por Frank Ellis, representam um importante referencial dos estudos rurais para a apreensão de como os atores sociais constroem estratégias de enfrentamento e adaptação frente à exposição às situações de vulnerabilidade social que incidem sobre as condições de vida desses atores sociais. Assim, conhecer as estratégias adotadas em situações de mudanças é um passo fundamental para fazer as possíveis previsões quanto às reações a serem adotadas pelos indivíduos e famílias.

Dos pecuaristas, seus meios de vida e suas atividades

Os pecuaristas entrevistados possuem idade entre 36 e 86 anos. No que diz respeito ao grau de escolaridade dos entrevistados, os resultados mostram que o ensino fundamental incompleto é o nível de escolaridade predominante, presente em 57% dos entrevistados. Em 22% dos estabelecimentos investigados não há membros da família residindo na propriedade, estando esse grupo familiar na cidade do próprio município. Em 33% dos estabelecimentos há um casal de proprietários (duas pessoas) residindo, e em 18%, o casal e um filho (três pessoas) – o que representa metade dos estabelecimentos investigados –, enquanto o restante (20%) possui de quatro a cinco pessoas na propriedade. A contratação de mão de obra temporária está presente em 25% dos estabelecimentos. No que confere à mão de obra familiar permanente, em 78% dos estabelecimentos há algum membro da família desenvolvendo a atividade pecuária.

Além da pecuária, há uma diversidade de outras atividades que são desenvolvidas, sendo o produto final utilizado para o consumo familiar e/ou para a comercialização, com destino definido conforme a situação do grupo familiar. Dentre essas atividades encontra-se a criação de equinos para utilização como ferramenta de trabalho (83%), criação de pequenos animais,

como suínos e aves (30%), lavouras de subsistência, como feijão, batata doce, abóbora, mandioca entre outras (48%), lavouras de arroz (8%), soja (18%) e milho (22%), silvicultura (6,7%), produção de mel (5%) e fruticultura (5%).

No que diz respeito à área dos estabelecimentos, 43% utilizam somente área própria, 42% área própria somada à área arrendada, 8% área própria mais parceria com familiar ou terceiro. Aqueles que não dispõem de área própria recorrem à parceria ou arrendamento (7%). No que diz respeito ao tamanho da área dos estabelecimentos há uma amplitude significativa no que se refere à área total, com propriedades de cinco a 3.320 hectares, apresentando uma média de 400 hectares.

O sistema produtivo adotado com os animais é de caráter extensivo em 96% dos estabelecimentos investigados e, em menor proporção, de modo semi-intensivo. O predomínio do modo extensivo é justificado pela utilização de pastagem nativa como principal alimento para os animais, sendo utilizada em todos os estabelecimentos investigados. Também é predominante o sistema de criação dos bovinos em cria, recria e cria/recria (74%). Dos estabelecimentos investigados, 37% possuem equipamentos e implementos agrícolas próprios.

De modo geral, a renda advinda da pecuária representa em média 52% da renda total dos estabelecimentos, dividindo proporções com as demais fontes de renda como renda agrícola, transferência social (aposentadoria e bolsa família) e renda não agrícola (venda de mão de obra, venda de doces e artesanato), presentes em 15%, 57% e 30% dos estabelecimentos, respectivamente. Quanto à participação dos entrevistados em associações e sindicatos, 38% dos entrevistados participam de alguma associação de produtores. A principal entidade representativa reconhecida pelos pecuaristas são os sindicatos de trabalhadores rurais, no qual 65% dos entrevistados são associados. Em menor proporção, 13% dos entrevistados participam do sindicato patronal.

Dos fatores de vulnerabilidade, os graus de importância e as estratégias de enfrentamento e adaptação

Para identificar a percepção dos pecuaristas sobre quais os fatores de vulnerabilidade que acometem a atividade, fez-se uso da escala Likert, mensurando o grau de importância atribuído a cada fator. No total, foram verificados 41 possíveis fatores de vulnerabilidade, organizados em seis blocos, apresentados e discutidos na sequência. Para o tratamento dos fatores de vulnerabilidade e do seu grau de importância, foi realizado o cálculo de frequência dos valores totais. As estratégias de enfrentamento e adaptação foram analisadas por meio da análise de conteúdo.

a) Fatores de vulnerabilidade: bloco "Terra, solo e campo nativo"

De modo geral, este bloco contempla tanto a qualidade como a disponibilidade de ativos que compõem o capital natural e que podem causar vulnerabilidade a partir de sua carência ou restrição (Tabela 1). No total, 58% dos pecuaristas entrevistados consideraram a área própria insuficiente uma vulnerabilidade, e para 47% deles, esse fator possui um alto grau de importância. Essa situação dificulta o exercício das capacitações ao limitar a expansão da liberdade dos indivíduos frente à ausência de disponibilidade do ativo terra para o desenvolvimento da atividade pecuária. O segundo fator de vulnerabilidade desse bloco refere-se à dificuldade em encontrar área de terra disponível para possível arrendamento ou compra, sendo considerada uma vulnerabilidade por 57% dos entrevistados, com grau de muita importância para 42% deles. O que esses dados indicam é que a maior parte dos pecuaristas se encontra em uma situação de vulnerabilidade para obter mais área de terra, tanto pela dificuldade em encontrar área disponível, como pela restrição financeira para acessá-la.

Dentre as estratégias de enfrentamento estão o arrendamento, a parceria, a venda de mão de obra e o aumento da lotação animal, enquanto entre as estratégias de adaptação, estão a presença de renda fixa externa ao estabelecimento e a maximização produtiva nas áreas de que dispõem por meio de algumas práticas de manejo, como rastreabilidade, diferimento, melhoramento genético do rebanho, suplementação animal e o uso de pastagens cultivadas. Para esses fatores, o capital financeiro representa um ativo de pouca ou nenhuma importância frente à ausência de intitulos disponíveis e da possibilidade de escolha em utilizar ou não mais área de terra. Essa situação corrobora com a discussão realizada por Sen (2010) sobre meios e fins, na medida em que ter capital financeiro ou capital físico (que possa ser mobilizado) são meios para se atingir algum fim. Portanto, não é suficiente dispor do meio se não é possível atingir o tipo de vida que o indivíduo deseja.

O arrendamento enquanto enfrentamento é identificado em 50% dos estabelecimentos e permite ampliar a área de terra para criação de animais por um determinado período de tempo, que pode variar de alguns meses, quando arrendado por cabeça de gado, e de alguns anos, quando preestabelecido em contrato. Por meio das relações sociais comunitárias, a demanda individual do arrendamento é repassada e circula entre vizinhos, familiares e, por meio desse caminho, esperam encontrar as alternativas de arrendamento que podem vir a ser efetuadas.

O quarto fator de vulnerabilidade desse bloco se refere às características de relevo do estabelecimento, não sendo consideradas uma vulnerabilidade para 57% dos entrevistados. A estratégia de enfrentamento identificada

consiste na remoção dos animais sobre essa área de relevo ondulado, permitindo um período de descanso do campo nativo, na medida em que não há pastoreio sobre essa área. Contudo, essa estratégia implica na redução da área de pastejo, portanto, a remoção dos animais nem sempre é realizada. O quinto fator de vulnerabilidade desse bloco refere-se à baixa fertilidade do solo, sendo considerada uma vulnerabilidade para um total de 43% dos entrevistados, distribuído em distintos graus de importância. Alguns pecuaristas adotam não somente estratégias que visam a reduzir o grau de importância da vulnerabilidade, mas também criam estratégias que procuram manter o distanciamento dos mercados de insumos e serviços. A presença de plantas consideradas “indesejáveis” pelos pecuaristas é um fator de vulnerabilidade para 75% dos entrevistados, com grau de importância muito alto para 42% deles. Além das plantas indesejáveis, a presença de vegetação arbustiva também é considerada pelos pecuaristas um fator que ocasiona situações de vulnerabilidade, as quais são consideradas uma vulnerabilidade para um total de 45% dos estabelecimentos investigados, com grau de muita importância para 27% deles.

O uso de produtos químicos e as roçadas são práticas comuns utilizadas como estratégias de enfrentamento no controle das plantas “indesejáveis”. A realização de roçado é a estratégia mais utilizada entre os entrevistados. Contudo, na maioria dos estabelecimentos estudados, a sua execução envolve a contratação de serviço terceirizado, já que apenas 37% dos entrevistados dispõem de máquinas e equipamentos agrícolas. Ainda frente a situações de vulnerabilidade causadas pela presença de plantas “indesejáveis” e de vegetação arbustiva, os pecuaristas criam estratégias de enfrentamento que não dependem de ativos externos ao estabelecimento. Nesse sentido, é comum o uso de ovinos e caprinos que são manejados visando a exercerem a “roçada natural”, comendo as brotações das plantas “indesejáveis” e arbustivas.

Por fim, os dois últimos fatores desse bloco, referentes ainda a características do campo nativo, são a baixa disponibilidade e a baixa qualidade da pastagem natural. Os maiores valores de vulnerabilidade atribuídos para o fator baixa oferta de pastagem nativa estão localizados nos graus de “importância relativa” e “importante”, ambos com 18%. Quanto ao fator baixa qualidade da pastagem natural, os graus de importância com maiores valores se repetem em relação ao fator anterior, porém, com valores diferentes, sendo “importância relativa” com 25%, e o grau “importante” com 8% do valor total. Os pecuaristas evidenciam que o campo nativo representa um dos principais ativos de que dispõem. Assim, por mais que o campo imprima algum grau de vulnerabilidade em situações específicas (por exemplo, baixa disponibilidade de pastagens no período de inverno), os sistemas produtivos praticados estão

adaptados às suas condições. Portanto, a pecuária de corte é dependente do campo nativo já que, nele próprio, os pecuaristas mobilizam as condições necessárias para a realização dos seus meios de vida, e os intitamentos para o exercício de suas capacitações.

TABELA 1
Fatores de vulnerabilidade e graus de importância do bloco terra, solo e campo nativo

Fatores de vulnerabilidade	Nenhuma importância		Pouca importância		Importância relativa		Importante		Muito importante	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1. Área própria insuficiente	25	42	3	5	1	2	3	5	28	47
2. Dificuldade em encontrar áreas de terra para compra ou arrendamento	26	43	1	2	6	10	2	3	25	42
3. Falta de capital financeiro para compra ou arrendamento de terra	35	58	2	3	3	5	4	7	16	27
4. Características do relevo desfavoráveis	34	57	1	2	7	12	7	12	11	18
5. Baixa fertilidade do solo	34	57	8	13	15	25	2	3	1	2
6. Presença de plantas “indesejáveis”	15	25	5	8	8	13	7	12	25	42
7. Presença de vegetação arbustiva	33	55	3	5	3	5	5	8	16	27
8. Baixa oferta de pastagem nativa	33	55	3	5	11	18	11	18	2	3
9. Baixa qualidade da pastagem nativa	36	60	0	0	15	25	5	8	4	7

Fonte: Matte (2013).

b) Fatores de vulnerabilidade: bloco “Clima, água e áreas de preservação”

Os dois primeiros fatores desse bloco dizem respeito aos períodos de secas e invernos. A seca foi considerada uma vulnerabilidade em 98% dos estabelecimentos, considerada muito importante em 82% deles, enquanto o inverno representa uma vulnerabilidade para 83% dos estabelecimentos, considerado muito importante em 48%. Mesmo assim, o fator relacionado aos invernos não representa uma vulnerabilidade em dez estabelecimentos

investigados (17%), estando relacionado à incorporação de estratégias de adaptação, haja vista o clima típico de inverno nesses municípios ser caracterizado por baixas temperaturas, representando uma situação já conhecida entre os entrevistados.

De modo geral as alterações no clima em si não representam a principal incerteza, mas produzem incertezas na medida em que suas consequências representam uma redução no crescimento e na acumulação de ativos, neste caso representado em unidades animais e pelas pastagens. As principais estratégias de adaptação e enfrentamento identificadas nos estabelecimentos nos períodos de verão e inverno envolvem um conjunto de práticas de manejo específicas, como a venda de animais para reduzir a lotação do campo, a reserva de pasto por meio do diferimento do campo nativo, o plantio de pastagem cultivada, o fornecimento de sal mineral proteinado, a utilização de áreas com existência de vegetação arbórea nativa como proteção para os animais e a modificação de cultivos realizados no estabelecimento.

TABELA 2
Fatores de vulnerabilidade e graus de importância do bloco clima, água e áreas de preservação

Fatores de vulnerabilidade	Nenhuma importância		Pouca importância		Importância relativa		Importante		Muito importante	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1. Período de verão (Seca)	1	2	0	0	4	7	6	10	49	82
2. Período de inverno	10	17	1	2	11	18	9	15	29	48
3. Dificuldade de disponibilidade de água para o sistema produtivo	13	22	1	2	0	0	3	5	43	72
4. Problemas com a qualidade da água	51	85	2	3	2	3	0	0	5	8
5. Dificuldade de manutenção de Reservas Legais e APPs	29	48	1	2	4	7	6	10	20	33

Fonte: Matte (2013).

O acesso à água, por sua vez, representa um ativo fundamental para o desenvolvimento de todas as atividades realizadas nos estabelecimentos. De acordo com os dados apresentados na tabela a seguir, observa-se que a qualidade da água utilizada para consumo doméstico e animal não re-

apresenta uma vulnerabilidade para a maior parte dos entrevistados (85%). Ao se tratar da disponibilidade de água para o sistema produtivo e uso doméstico, o que se verifica é que a disponibilidade de água se configura como não sendo um problema em 22% dos estabelecimentos. Dentre as estratégias de adaptação identificadas entre aqueles para os quais esse fator é uma vulnerabilidade, estão investimentos em melhoria das fontes de água existentes. No enfrentamento a esta situação, a colaboração de vizinhos representa a principal estratégia. Verifica-se, desse modo, que o capital social desempenha uma importante fonte de recursos que são mobilizados no enfrentamento à restrição ao acesso à água. Segundo Niederle e Grisa (2008), o capital social representa assim um meio de potencializar as capacidades dos atores locais para acessar ativos que necessitam e assim reagir às situações de vulnerabilidade.

O último fator a compor esse bloco é representado pela dificuldade de manutenção de Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente (APPs), sendo que a regulamentação das propriedades, segundo as exigências ambientais, pode impactar na organização produtiva dos estabelecimentos. Observa-se, nesse fator, uma distribuição com graus de importância nos extremos, sendo considerado um fator de vulnerabilidade muito importante em 33% dos estabelecimentos, e não representando, contudo, uma vulnerabilidade para outra metade dos estabelecimentos (48%). Para um reduzido grupo, a alternativa identificada como enfrentamento é a mobilização de capital financeiro para a compra de área de terra com presença de vegetação nativa, a qual será utilizada para atender às exigências ambientais, sem a necessidade de reduzir a área de produção do estabelecimento.

c) Fatores de vulnerabilidade: bloco "Mercado"

Diante do quadro do período de seca verificada no ano de 2012, ano de realização deste estudo, o que se constatou foi um desequilíbrio no mercado de compra e venda de carne, pois, devido à seca, houve uma baixa oferta de animais para a venda, sendo que 50% dos entrevistados evidenciaram algum grau de vulnerabilidade a esse fator. A concentração dos mercados (formais e informais) acessados pelos pecuaristas para a venda dos produtos de origem animal, como frigoríficos, atravessadores, cooperativas, também revela uma situação que não representa ser uma vulnerabilidade sobre os estabelecimentos, pois 67% dos pecuaristas não identificam problemas ou dificuldades com os mercados que acessam para a venda de produtos (animais, lã), sendo considerado com algum grau de vulnerabilidade para apenas 33% dos pecuaristas.

O fator relacionado à dificuldade em atender às exigências dos compradores apresenta nenhuma importância para 60% dos pecuaristas, pouca importância para 10%, importância relativa para 18%, importante para 10% e muito importante

para 2% dos entrevistados. Os demais fatores relacionados ao mercado, sendo eles dificuldade de encontrar compradores, dificuldade em encontrar animais para reposição e atrasos no pagamento de frigoríficos e atravessadores, não representam nenhum grau de vulnerabilidade, respectivamente, 82%, 87% e 92%.

De maneira geral, os mercados acessados pelos pecuaristas na comercialização dos produtos são também mercados construídos pelos próprios pecuaristas em um processo de mediação e interface com outros atores sociais, como vizinhos, atravessadores, corretores ou até mesmo as cooperativas e frigoríficos. Esse tipo de mercado, configurado e estruturado sob as relações sociais construídas a partir do capital social disponível e enraizado (*embeddedness*) localmente, representa, ele próprio, o modo de vida dos pecuaristas e sua estratégia para evitar uma situação de vulnerabilidade.

TABELA 3
Fatores de vulnerabilidade e graus de importância do bloco comercialização

Fatores de vulnerabilidade	Nenhuma importância		Pouca importância		Importância relativa		Importante		Muito importante	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1. Baixos preços recebidos pelos produtos de origem animal	30	50	5	8	7	12	7	12	11	18
2. Concentração dos mercados de venda dos produtos de origem animal	40	67	1	2	5	8	4	7	10	17
3. Dificuldade de encontrar compradores	49	82	1	2	0	0	5	8	5	8
4. Dificuldade em atender às exigências dos compradores	36	60	6	10	11	18	6	10	1	2
5. Dificuldade em encontrar animais para reposição	52	87	0	0	1	2	4	7	3	5
6. Atraso no pagamento de frigoríficos e atravessadores	55	92	1	2	1	2	2	3	1	2
7. Custos de produção	17	28	4	7	8	13	12	20	19	32

Fonte: Matte (2013).

Com relação ao sétimo fator desse bloco, 28% dos entrevistados não visualizam este fator como uma vulnerabilidade, mais da metade dos entrevistados percebem este fator com graus “importante” (20%) e “muito importante” (32%) de vulnerabilidade. Os estabelecimentos que o consideram como uma

vulnerabilidade possuem um acentuado processo de externalização do sistema produtivo, que envolve relações mercantis estabelecidas antes da “porteira”, tanto com mercados de produtos como de serviços. Os pecuaristas que se mostraram vulneráveis aos custos de produção estão adaptados a essa situação, pois estão “moldados” ao contexto econômico em que estão inseridos.

d) Fatores de vulnerabilidade: bloco “Fatores sociais”

De modo geral, os fatores do quarto bloco, estão relacionados à dimensão social da vulnerabilidade (Tabela 4). Segundo os entrevistados, a ausência de sucessor representa uma vulnerabilidade para 77% dos estabelecimentos, com grau de muita importância para 58% dos entrevistados. Essa situação impõe aos pais preocupações quanto ao destino do estabelecimento e com sua velhice, tendo em vista que não terão mais os filhos para ampará-los e dar continuidade as atividades desenvolvidas no estabelecimento (Spanevello e Matte, 2010). Essa alta percepção de vulnerabilidade sobre esse fator está relacionada não somente à ausência de sucessão no estabelecimento, mas também ao esvaziamento do campo de modo geral. Alguns entrevistados demonstram um conflito pessoal: da mesma forma que gostariam que o filho desse continuidade às atividades realizadas no estabelecimento, ao mesmo tempo visualizam um futuro melhor para este fora da propriedade. Em outras palavras, há conflitos entre incentivar o filho a sair do estabelecimento e/ou a ficar, conflitos esses gerados pela combinação de incertezas e vulnerabilidades que “rodeiam” a atividade pecuária. A principal estratégia de enfrentamento envolve o incentivo à participação dos filhos na realização das atividades produtivas. A situação de adaptação ocorre quando há presença garantida de um sucessor no estabelecimento, e caso não exista algum filho disposto a permanecer, então novas alternativas adaptativas são definidas, como a venda do estabelecimento. De tal maneira, com a saída dos jovens, o estabelecimento permanecerá como herança e patrimônio deixado aos filhos. Contudo fica para trás a transmissão dos valores e da tradição relacionados à atividade.

A dificuldade de contratação de mão de obra, segundo fator de vulnerabilidade desse bloco, possui um grau de importância muito alto para 75% dos entrevistados. Constata-se, diante disso, que a dificuldade em obter esse intitulado é limitada, o que tende a prejudicar os funcionamentos e as realizações almejadas pelos indivíduos. Somado a isso, a baixa qualificação da mão de obra atualmente disponível, terceiro fator de vulnerabilidade desse bloco, também é considerada uma vulnerabilidade com grau de importância muito alta para 57% dos entrevistados. Dentre aqueles pecuaristas que possuem funcionário contratado, a estratégia consiste em evitar a saída desses, procurando formas de valorizá-los, incentivando sua permanência na função exercida no estabe-

lecimento. Tais incentivos variam entre a valorização moral do indivíduo até a oferta de benefícios materiais, como a doação de animais e de bônus salariais.

Por outro lado, dentre os estabelecimentos que não possuem e não realizam a contratação fixa de mão de obra, a estratégia é se adaptar a essa situação contando com a troca de serviço entre vizinhos e familiares ou, em último caso, modificar o portfólio de atividades desenvolvidas no estabelecimento, deixando de realizar algumas atividades e inserindo outras. Segundo Sabourin (2009), a troca de serviço é entendida como uma forma de reciprocidade, que representa uma equivalência simbólica ou material.

Observando a Tabela 4, fica evidente que a falta de opções de entretenimento não representa uma vulnerabilidade para os pecuaristas entrevistados, apresentando grau de nenhuma importância para 92% dos entrevistados. Assim como o lazer, o acesso à educação também é percebido como um fator que, em sua maioria, não provoca vulnerabilidade, apresentando nenhum grau de importância para 93% dos entrevistados. Isso ocorre principalmente pela introdução do transporte escolar e a expansão das universidades federais para o interior do estado.

TABELA 4
Fatores de vulnerabilidade e graus de importância do bloco fatores sociais

Fatores de vulnerabilidade	Nenhuma importância		Pouca importância		Importância relativa		Importante		Muito importante	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1. Ausência de sucessor	14	23	1	2	5	8	5	8	35	58
2. Dificuldade de contratação de mão de obra	13	22	1	2	0	0	1	2	45	75
3. Capacitação da mão de obra	23	38	1	2	2	3	0	0	34	57
4. Falta de opções de entretenimento (lazer)	55	92	0	0	1	2	1	2	3	5
5. Dificuldade de acesso à educação	56	93	1	2	0	0	0	0	3	5
6. Dificuldade de acesso à saúde	34	57	2	3	4	7	5	8	15	25

Fonte: Matte (2013).

O último fator de vulnerabilidade desse bloco, o acesso à saúde, não é consenso entre os entrevistados, pois está distribuído em todos os graus de

importância, sendo considerada uma vulnerabilidade para um total de 43% dos entrevistados, com grau de muita importância para 25% dos pecuaristas. As estratégias de enfrentamento no acesso a saúde contam com o auxílio do sindicato rural, por meio da oferta de médico a um preço “especial” para associados, e das prefeituras municipais, com a mobilização de médicos para atendimento no meio rural e, até mesmo, a disponibilidade de ambulância para transporte de enfermos. Em famílias em que existe a presença de pessoas com idade avançada, a estratégia é passar a residir no meio urbano como forma de adaptação à restrição de acesso aos serviços de saúde. Para Sen (2010, p. 124), “quanto mais inclusivo for o alcance da educação básica e dos serviços de saúde, maior será a probabilidade de que mesmo os potencialmente pobres tenham uma chance maior de superar a penúria”. De tal maneira, o atendimento às necessidades básicas permite aos indivíduos expressarem suas capacitações com todo seu potencial e habilidade. Sem isso, as capacitações ficam comprometidas.

e) Fatores de vulnerabilidade: bloco “Infraestrutura e fatores institucionais”

O primeiro fator de vulnerabilidade desse bloco refere-se à dificuldade de acesso ao crédito, representando uma vulnerabilidade para uma parcela muito pequena do total de entrevistados (15%), sendo considerado muito importante para apenas 8% deles (Tabela 5). O segundo fator de vulnerabilidade desse bloco é representado pela dificuldade de acesso à comunicação, apontado como uma vulnerabilidade em apenas 15% dos estabelecimentos e com graus de importância baixos.

A falta de apoio da administração pública municipal representa o terceiro fator de vulnerabilidade desse bloco, considerado assim por um total de 62% dos entrevistados, sendo muito importante para 40% dos entrevistados. Apesar do alto grau de importância atribuído ao papel da administração pública, os entrevistados demonstram estar adaptados à situação, pois permanecem realizando suas atividades sem uma dependência direta das ações administrativas dos municípios.

O quarto fator de vulnerabilidade é representado pela falta de assistência técnica, sendo percebido como uma vulnerabilidade para um total de 43% de entrevistados, com alto grau de importância para 33% deles. Aqueles que estão adaptados realizam o pagamento pelo serviço de assistência técnica, enquanto outros pecuaristas, que não dispõem de capital financeiro para pagar pelo serviço, acabam enfrentando esse fator de vulnerabilidade, contando com a troca de experiência entre pecuaristas e com a colaboração de vizinhos e familiares com formação técnica ou superior.

O quinto fator de vulnerabilidade é o papel dos sindicatos rurais para a atividade pecuária, não sendo considerada uma vulnerabilidade para 92% dos

entrevistados, pelo fato, principalmente, de atender aquilo que é considerado como sua responsabilidade.

O sexto fator de vulnerabilidade refere-se ao papel da pesquisa agropecuária desenvolvida pela Embrapa, que, assim como o fator anterior, é considerada com grau de nenhuma importância para 88% dos entrevistados. A baixa representação enquanto uma vulnerabilidade é justificada pelo apoio recebido dessa instituição na realização das atividades produtivas em alguns estabelecimentos e na atuação junto a algumas associações de produtores, consistindo de um ativo nos meios de vida dos pecuaristas entrevistados, à medida em que podem acessá-lo para realizarem troca de informações.

TABELA 5
Fatores de vulnerabilidade e graus de importância do bloco infraestrutura e fatores institucionais

Fatores de vulnerabilidade	Nenhuma importância		Pouca importância		Importância relativa		Importante		Muito importante	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1. Dificuldade de acesso ao crédito por meio de financiamento	51	85	0	0	2	3	2	3	5	8
2. Dificuldade de acesso a meios de comunicação (celular, telefone fixo)	51	85	1	2	2	3	4	7	2	3
3. Falta de apoio da administração pública municipal	23	38	3	5	7	12	3	5	24	40
4. Falta de assistência técnica	34	57	1	2	2	3	3	5	20	33
5. Papel dos sindicatos para a atividade	55	92	2	3	0	0	1	2	2	3
6. Presença e papel da pesquisa agropecuária	53	88	0	0	3	5	0	0	4	7
7. Presença de universidades	60	100	0	0	0	0	0	0	0	0
8. Presença e papel da extensão rural	36	60	2	3	6	10	2	3	14	23

Fonte: Matte (2013).

O papel das universidades é o sétimo fator de vulnerabilidade desse bloco, sendo o único fator a não representar qualquer grau de vulnerabilidade entre

os entrevistados. A universidade representa um importante intitulado, permitindo aos indivíduos incluírem em suas escolhas individuais a possibilidade e oportunidade de cursar o ensino superior sem sair ou se afastar muito do estabelecimento. Por fim, o papel da extensão rural, representada pela Emater, é o último fator de vulnerabilidade desse bloco, sendo considerada uma vulnerabilidade para um total de 40% dos entrevistados, com grau de importância muito alto para 23% deles. Por outro lado, para 60% dos entrevistados, a instituição não representa uma vulnerabilidade, o que significa que representa um importante ativo de apoio às situações de vulnerabilidade. Para os pecuaristas, a forma de tentar amenizar essa ausência é a busca na própria instituição de algum tipo de ajuda quando realmente houver necessidade. Caso contrário, a estratégia é dar continuidade à atividade da forma como se encontra, sem auxílio da extensão rural. Somado a isso, os pecuaristas apontam para um baixo número de funcionários na instituição, o que acaba comprometendo o atendimento e orientação aos produtores.

f) Fatores de vulnerabilidade: bloco "Fatores regionais"

O primeiro fator de vulnerabilidade do último bloco é o abigeato, que corresponde ao roubo de animais do estabelecimento rural, o qual vem a ser comercializado ou abatido ilegalmente (Tabela 6). Esse fator compromete a liberdade dos indivíduos, colocando-os em uma situação de incerteza e afetando os ativos que compõem seus meios de vida. É identificado como vulnerabilidade para um total de 52% dos entrevistados, sendo considerado muito importante por 37% dos pecuaristas. Observa-se que esse fator não tem concentração em um período específico do ano ou mesmo em um município ou localidade, não havendo garantias de uma estratégia de adaptação frente à imprevisibilidade desse fator. Diante disso, as estratégias de enfrentamento que figuram envolvem ações específicas no manejo dos animais dentro do estabelecimento visando a protegê-los quando anoitece, a presença de moradores no local como forma de inibir o furto, e a ação conjunta entre pecuaristas de uma localidade. De modo mais específico, a organização dos pecuaristas no enfrentamento a esse fator de vulnerabilidade consiste na união dos produtores em vigília ao próprio patrimônio e ao do vizinho. Novamente, o capital social torna-se um importante intitulado para combater um fator de vulnerabilidade.

O segundo fator de vulnerabilidade diz respeito às condições precárias das estradas, com percepções distribuídas em todos os graus de importância, totalizando 63% dos entrevistados que apontam esse fator como uma vulnerabilidade. A única estratégia identificada é a reivindicação individual ou coletiva por melhorias imediatas, contatando vereadores ou funcionários da prefeitura municipal.

O terceiro fator de vulnerabilidade é definido pelos problemas sanitários que podem atingir a atividade pecuária, sendo considerada uma vulnerabilidade para um total de 87% dos entrevistados, com graus de “muito importante” para 45% dos pecuaristas. A medicação e tratamento dos animais é uma forma de prevenir a proliferação de enfermidades e evitar a perda de animais por morte. Sua realização depende da disponibilidade de capital financeiro próprio. Cabe mencionar que há um grupo de pecuaristas que estão enfrentando essa situação recorrendo aos empréstimos de crédito por não disporem de capital financeiro próprio. Esses pecuaristas são os que também se encontram em situação de vulnerabilidade quanto ao fator custo de produção, apresentado anteriormente.

TABELA 6
Fatores de vulnerabilidade e graus de importância do bloco fatores regionais

Fatores de vulnerabilidade	Nenhuma importância		Pouca importância		Importância relativa		Importante		Muito importante	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1. Abigeato	29	48	0	0	5	8	4	7	22	37
2. Condições precárias das estradas	22	37	7	12	8	13	8	13	15	25
3. Problemas sanitários na pecuária	8	13	0	0	12	20	13	22	27	45
4. Expansão de lavouras de soja na região	47	78	0	0	1	2	1	2	11	18
5. Expansão silvicultura	11	18	1	2	3	5	1	2	44	73
6. Expansão fruticultura	59	98	0	0	0	0	1	2	0	0

Fonte: Matte (2013).

O quarto fator de vulnerabilidade representa uma vulnerabilidade para um total de 22% dos entrevistados. Por outro lado, a presença de lavouras de soja não representa uma vulnerabilidade para 78% dos entrevistados, pois, para estes, a atividade representa um ativo que compõe o meio de vida, compondo uma nova fonte de renda para a família. A presença das lavouras de soja tem revelado um cenário contestatório e polêmico que divide percepções entre os pecuaristas.

Nota-se que, em alguns casos, a expansão dessa atividade tem influenciado indiretamente na realização da atividade pecuária, passando a disputar

áreas de terra e substituindo as pastagens nativas por lavouras. Além disso, tem afetado a flora e fauna do bioma Pampa frente ao uso de defensivos agrícolas, assim como a saúde da população rural que convive com a atividade e tem ficado exposta às consequências dessa atividade. Por se tratar de uma atividade em que a expansão em larga escala é recente, observa-se que os entrevistados não têm encontrado uma maneira ou alternativa para “se defender” da presença da soja. Assim, não são identificadas estratégias de enfrentamento ou adaptação a esse fator de vulnerabilidade.

O quinto fator de vulnerabilidade desse bloco refere-se à expansão das áreas com silvicultura, cultivo de espécies exóticas, como acácia, eucalipto e pinus. Esse fator de vulnerabilidade é considerado uma vulnerabilidade para 82% dos entrevistados, distribuídos em todos os graus de importância, com 2% “pouca importância”, 5% “importância relativa” e 73% “muito importante”. Dentre os impactos apontados pelos entrevistados, o avanço da atividade sobre os campos nativos tem causado degradação e perda de qualidade do solo, aumento no custo da terra, redução da mão de obra por conta da saída de muitas famílias, redução da atividade pecuária – impactando no ciclo produtivo e na reposição de animais –, redução no número de espécies nativas da fauna, aumento no número de predadores⁹ que atacam lavouras de subsistências e até mesmo pequenos animais, diminuição ou até mesmo o esgotamento total das reservas de água, e uma drástica mudança na paisagem do bioma Pampa. O avanço da silvicultura tem representado uma ameaça aos pecuaristas, diminuindo as áreas com pastagem nativa e, assim, reduzindo a oferta de áreas para arrendamento.

A expansão da silvicultura limita as capacitações desses indivíduos tanto dentro do estabelecimento, na liberdade de cultivar a cultura que escolher, como fora do estabelecimento, na disponibilidade de área de terra e oferta de trabalho, por exemplo. Percebe-se que novas dinâmicas produtivas, econômicas, ambientais e sociais estão em formação frente à presença dessa atividade, construindo um cenário que “abala” os meios de vida e restringe as capacitações dos indivíduos. O avanço da silvicultura permanece ocorrendo sem que os pecuaristas possam impedi-lo, restringindo suas capacitações em agir em contramovimento a essa atividade.

O sexto fator a compor esse bloco de vulnerabilidade alude à expansão das áreas com fruticultura, sendo percebida como uma vulnerabilidade de

⁹ Dentre os principais predadores estão os javalis e veados, sendo que o javali, além de responsável pela devastação de lavouras de subsistência, tem obrigado alguns pecuaristas a criarem novas dinâmicas de manejo com os animais, no intuito de protegê-los do ataque dos javalis. Os animais recém-nascidos (cordeiros e terneiros) são os principais alvos do predador, e, em épocas de nascimento dos animais, os pecuaristas passam a abrigar os animais próximos às residências, com o intuito de oferecer maior proteção.

pouca importância e assim considerada como uma vulnerabilidade por apenas um pecuarista entrevistado. Essa atividade não representa qualquer tipo de ameaça aos pecuaristas, nem mesmo na disputa por áreas. Não é identificada qualquer avaliação sobre a presença de parreirais e das plantações de oliveiras que vêm sendo inseridas na paisagem do bioma Pampa.

Considerações finais

É possível constatar que a vulnerabilidade é uma situação em que o indivíduo, família ou comunidade podem se encontrar, sendo tal situação provocada por um ou mais fatores de ordem interna e/ou externa ao estabelecimento. A vulnerabilidade está diretamente relacionada com as privações que os atores sociais sofrem, principalmente frente às condições de seus meios de vida. A dificuldade de enfrentar essas situações está conexas com uma falha dos direitos e a escassez de recursos que restringem a realização das capacitações na busca por novas oportunidades a partir dos seus meios de vida. No entanto, para exercer suas capacitações, o indivíduo necessita de um meio que possibilite condições para o seu desenvolvimento. Em situações em que o indivíduo ou a família tiverem seu meio de vida ameaçado (por incertezas, riscos ou mudanças), sua liberdade de exercer suas capacitações estará comprometida, pois se encontrará em uma situação de vulnerabilidade. Os principais fatores de vulnerabilidade identificados são: período de verão (98%), problemas sanitários da pecuária (87%), período de inverno (83%), expansão da silvicultura (82%), dificuldade de contratação de mão de obra (78%) e ausência de sucessor (77%). O fator presença de universidades do meio rural, presente no bloco “Infraestrutura e fatores institucionais”, não representou uma vulnerabilidade para os pecuaristas entrevistados, pelo contrário, sua presença e participação na região recebe avaliação positiva dos mesmos. Os fatores de vulnerabilidade que representam baixa vulnerabilidade, sendo assim considerados por até 10% dos entrevistados, são: expansão da fruticultura (2%), dificuldade de acesso à educação (7%), atraso no pagamento de frigoríficos e atravessadores (8%), falta de opções de entretenimento (8%) e papel dos sindicatos para a atividade (8%).

Diante dos resultados aqui analisados, constatamos que a liberdade para escolher a melhor estratégia para enfrentar ou se adaptar às situações de vulnerabilidade fica restrita aos meios de vida de cada família, pois é a disponibilidade de ativos que vai possibilitar aos indivíduos expandir ou restringir suas capacitações individuais. Contudo, muitas questões relacionadas à temática da vulnerabilidade permanecem em aberto, haja vista a amplitude dos temas aqui discutidos, alguns muito sumariamente. Frente a isso, à luz do referencial

dos meios de vida, observou-se neste estudo que o impacto da vulnerabilidade fragiliza os meios de vida e, grosso modo, direciona os pecuaristas a mobilizarem ativos, mesmo sendo estes escassos ou fundamentais para a manutenção da família, modificando o portfólio de ativos disponíveis. De maneira geral, há uma demanda de um melhor entendimento dos fatores que causam vulnerabilidade, perpassando a necessidade de avanço sobre essa abordagem no meio rural, com populações localizadas, avançando sobre a compreensão das estratégias de reação dos indivíduos a essas situações.

Referências

- ADGER, W. N. Social Vulnerability to climate change and extremes in Coastal Vietnam. *World Development*, v. 27, n. 2, p. 249-269, 1999.
- _____. Social capital, collective action, and adaptation to climate change. *Economic Geography*, v. 79, n. 4, p. 387-404, 2003.
- _____. Vulnerability. *Global Environmental Change*, v. 16, n. 3, p. 268-281, ago. 2006.
- ADGER, W. N.; KELLY, P. M. Social vulnerability to climate change and the architecture of entitlements. *Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change*, v. 4, n. 4, p. 253-266, 1999.
- BERRY, P. M. et al. Assessing the vulnerability of agricultural land use and species to climate change and the role of policy in facilitating adaptation. *Environmental Science & Policy*, v. 9, n. 2, p. 189-204, 2006.
- BERTÊ, A. M. A. Problemas ambientais no Rio Grande do Sul: uma tentativa de aproximação. In: VERDUM, R.; BASSO, L. A.; SUERTEGARAY, D. M. A. (Org.). *Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 71-83.
- BUSSO, G. *La vulnerabilidad social y las políticas sociales a inicios del siglo XXI: una aproximación a sus potencialidades y limitaciones para los países latinoamericanos*. Santiago do Chile: CEPAL/CELADE, 2001.
- CHAMBERS, R. Vulnerability, coping and policy. *IDS Bulletin*, v. 37, n. 4, sept. 2006. Disponível em: <<http://community.eldis.org/.598d23f8>>. Acesso em: 18 jun. 2011.
- CHAMBERS, R.; CONWAY, G. R. Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21st century. *IDS discussion paper*, Brighton, n. 296, p. 1-33, 1992.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE – CEPAL. *Socio-demographic vulnerability: old and new risks for communities, households and individuals*. Eletronic Paper. Brasília: UNA, 2002. 78 p.
- CUNHA, J. M. P. Um sentido para a vulnerabilidade sociodemográfica nas metrópoles paulistas. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, v. 21, n. 2, p. 343-347, jul./dez. 2004.
- CUTTER, S. L. Vulnerability to environmental hazards. *Progress in Human Geography*, v. 20, n. 4, p. 529-539, dec. 1996.

- CUTTER, S. L.; BORUFF, B. J.; SHIRLEY, W. L. Social Vulnerability to environmental hazards. *Social Science Quarterly*, v. 84, n. 2, jun. 2003.
- ELLIS, F. Rural livelihood diversity in developing countries: evidence and policy implications. *Natural Resource Perspectives*, n. 40, 1999.
- _____. *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- _____. Agrarian change and rising vulnerability in rural sub-Saharan Africa. *New Political Economy*, v. 11, n. 3, p. 387-397, set. 2006.
- FUSSEL, H. M. Vulnerability: a generally applicable conceptual framework for climate change research. *Global Environmental Change*, n. 17, n. 2, p. 155-167, 2007.
- HERTEL; T. W.; ROSCH, S. D. Climate Change, Agriculture, and Poverty. *Applied Economic Perspectives and Policy*, n. 5468, nov. 2010. 53 p.
- JANSSEN, M. A.; OSTROM, E. Resilience, vulnerability, and adaptation: a cross-cutting theme of the International Human Dimensions Programme on Global Environmental Change. *Global Environmental Change*, n. 16, n. 3, p. 237-239, aug. 2006.
- KAZTMAN, R. *Notas sobre la medicion de la vulnerabilidad social*. COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE – CEPAL, p. 275-301, 2000.
- KAZTMAN, R. et al. Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay. In: *Organización Internacional del Trabajo*. Santiago: Fundação Ford, 1999. 111p.
- MARANDOLA JR., E.; HOGAN, D. J. As dimensões da vulnerabilidade. *São Paulo em Perspectiva*, v. 20, n. 1, p. 33-43, jan./mar. 2006.
- MATTE, A. *Vulnerabilidade, capacitações e meios de vida dos pecuaristas de corte da Campanha Meridional e Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul*. 2013. 174 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- MATTE, A. et al. Impasses na reprodução social da Pecuária Familiar. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 49., 2011, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: SOBER, 2011. p. 1-20. 1CD-ROM.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Bioma Pampa*. 2010. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biomas/pampa>>. Acesso em: 18 ago. 2012.
- NIEDERLE, P. A; GRISA, C. Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos: uma abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento local da agricultura familiar. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, v. 5, n. 61, p. 41-69, jul/dic. 2008.
- OVERBECK, G. E. et al. Os Campos Sulinos: um bioma negligenciado. In: PILLAR, V. P.; MÜLLER, S. C.; CASTILHOS, Z. M. S; JACQUES, A. V. A. (Org.). *Campos Sulinos - conservação e uso sustentável da biodiversidade*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009. p. 26-41.
- PEREIRA, F. G. A expansão da silvicultura sobre o Bioma Pampa: impactos além dos campos. In: COSTA, B. P.; QUOOS, J. H.; DICKEL, M. E. G. (Org.). *A sustentabilidade da Região da Campanha-RS: práticas e teorias a respeito das relações entre ambiente, sociedade, cultura e políticas públicas*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria,

- Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociência, Departamento de Geociência, 2010. p. 88-104.
- SABOURIN, E. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2009. 328p.
- SCOONES, I. Sustainable rural livelihoods: a framework for analysis. *IDS Working paper*, Brighton, n. 72, 1998.
- SEN, A. K. *The standard of living: the tanner lecture on human values*. Cambridge: Cambridge University, 1985.
- _____. O desenvolvimento como expansão de capacidades. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 28-29, p. 313-334, abr. 1993.
- _____. *Desigualdade Reexaminada*. Trad. e apres. Ricardo Doninelli Mendes. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. 301p.
- _____. *Desenvolvimento como liberdade*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 461p.
- SMIT, B.; WANDEL, J. Adaptation, adaptive capacity and vulnerability. *Global Environmental Change*, v. 16, n. 3, p. 282-292, 2006.
- SPANEVELLO, R.M.; MATTE, A. A perspectiva dos pais quanto ao amparo na velhice: um estudo com agricultores familiares sem sucessores. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS: MUNDO RURAL, POLÍTICAS PÚBLICAS, INSTITUIÇÕES E ATORES EM RECONHECIMENTO POLÍTICO, 4., 2010, Curitiba. *Anais...* Curitiba, PR: REDE, 2010. p. 1-10. 1 CD-ROM.